

Pacto-social:

Quem vai pagar o pa(c)to?

Dizendo falar em nome dos trabalhadores do país, um reduzido grupo de sindicalistas — leia-se Luiz Antônio Medeiros — senta com o empresariado para negociar um pacto social. Independente de qualquer coisa, deve-se considerar que este pacto já nasce carente de representatividade, pois parte de um setor do sindicalismo sem nenhum respaldo de base. Foi o próprio presidente da FIESP, Mário Amato, que afirmou que “um pacto sem a CUT será um pacto incompleto”.

Na verdade é difícil acreditar em um pacto social, na “harmonia entre capital e trabalho”, como caracterizou Amato. Em um pacto, ambas as partes devem ceder em alguma coisa, e o que os trabalhadores poderiam ceder? Não resta dúvida que os grandes prejudicados com a crise são os trabalhadores que enfrentam condições de vida subumanas muitas vezes. Eles dariam mais um pedaço do seus salários? Não há como fazer um pacto sem que os trabalhadores saiam perdendo.

Os termos em que está sendo discutido o pacto pressupõe o fim da URP e a criação de um outro mecanismo de reajuste que “não aumente a inflação”. Ora, boa coisa não vem para os trabalhadores. Outra coisa referida no pacto é um período sem greves (sem reivindicação), ou seja, sem possibilidade de luta. E mais: os empresários se recusam a aceitar a participação dos empregados no lucro das empresas.

Que belo pacto: os trabalhadores são arrotados e ainda se comprometem a não lutar...

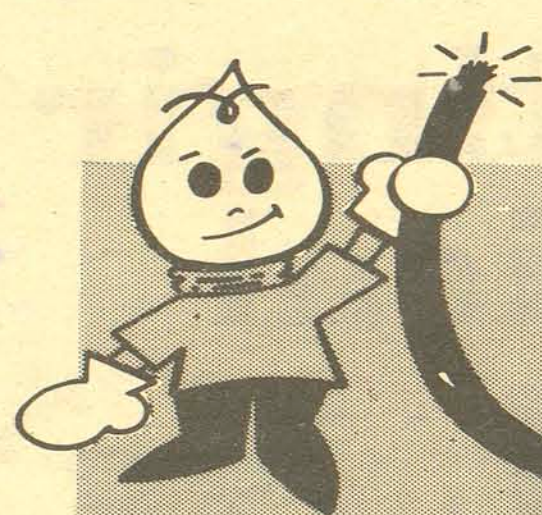
Outro fato interessante é que desta vez o governo não está protagonizando o pacto. É interessante que isso ocorra justamente quando a Constituinte acabou com o Decreto-Lei. Será que o empresariado e os sindicalistas pelegos estão sendo os atores de uma peça que terá seu desfecho com um pacote disfarçado?

Campanha Unificada:

Sindicatos entregam pauta aos ministros

No próximo domingo, dia 2 de outubro, acontece em Brasília uma reunião com os sindicatos de eletricitários de todo o país para discutir a campanha unificada do setor elétrico. O Encontro vai tratar de assuntos referentes à pauta de reivindicações, ao encaminhamento da luta, e avaliar o andamento das campanhas em cada estado.

Na segunda-feira, a pauta de reivindicações unificada será entregue aos ministros das Minas e Energia e do Trabalho, para que tomem conhecimento do que desejam os empregados e da ação unificada das entidades sindicais.



O JORNAL ELETRICITÁRIO

Sind. Eletricitários Fpolis/Sind. Eletricitários Tubarão

JORN. RESP. DRT/RS 6166

Nº 27

29/09/88

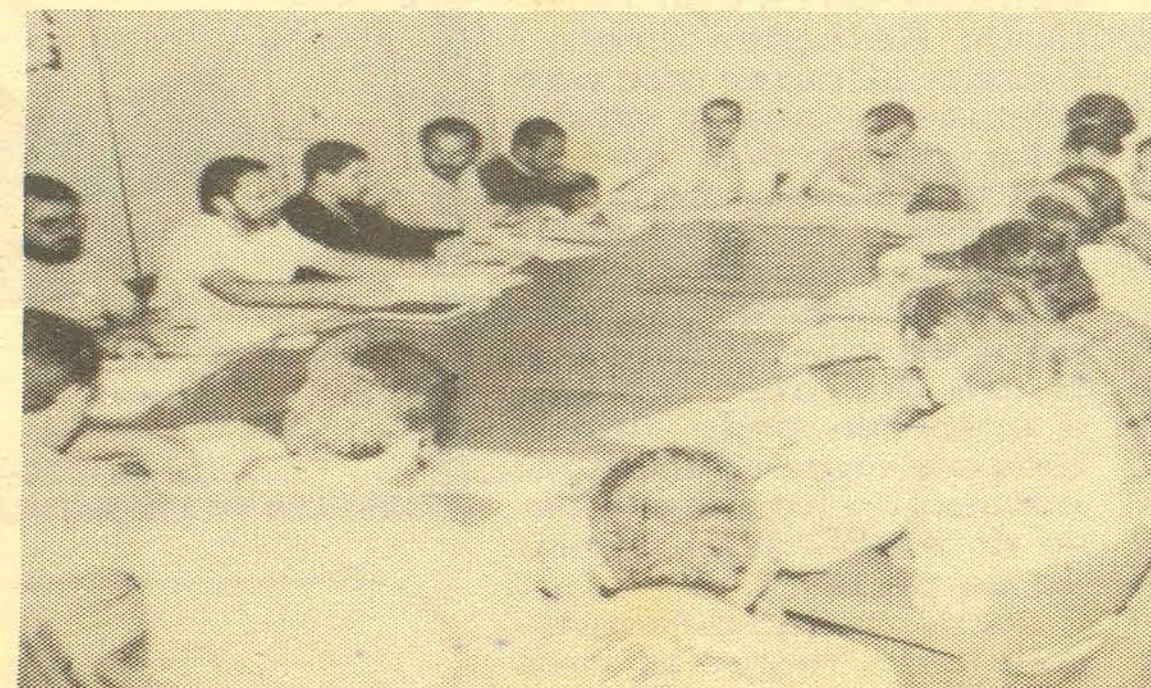
Proposta da CELESC não avança Hoje tem nova rodada na DRT

Embora o Boletim nº 12 do GTRT da CELESC tente fazer crer, as negociações não avançaram na reunião realizada terça-feira na DRT. A proposta da Empresa continua a mesma na sua essência e o alarde feito pelos prepostos da CELESC nada mais é do que tentativa de enganar os celesquianos.

O reajuste de 112,69% anunciado, na verdade, é o mesmo da proposta anterior: 62% é o IPC (como manda a lei), 4% da produtividade de 1984 (que não é assunto para Acordo Coletivo — ver matéria neste jornal), 4% da produtividade deste ano (menos do que os Tribunais têm concedido). A novidade está no adiantamento da URP de novembro, que é uma grande falácia: trata-se de pagar em outubro a URP de novembro... e novembro fica sem URP. A diferença é que o prejuízo vai ser setido depois, com uma redução do poder de compra de 21,39%.

ENGODO

O boletim do GRTR afirma, também que a liberação de dois dirigentes sindicais foi um avanço. Mas trata-se de um retrocesso, pois corta a liberação de dirigentes de sindicatos minoritários (administradores, engenheiros, etc.) que existem atualmente. O GTRT só consi-



Delegacia Regional do Trabalho media negociações

dera um avanço porque a sua proposta original era a liberação de dois dirigentes por sindicato com ônus para a entidade.

Por solicitação dos sindicatos ocorrerá hoje às 14 horas uma nova reunião de negociações na DRT. Mais uma vez os sindicatos vão demonstrar a sua disposição de negociar e chegar a um acordo que contemple as reivindicações da categoria. Caso não haja avanço o dissídio será ajuizado, como determina a Lei.

PERSPECTIVAS

Diante do comportamento do GTRT e da CELESC não se pode alimentar esperanças no avan-

ço das negociações. Os sindicatos, usando a atribuição que lhes foi conferida pelas assembleias, convocarão assembleias quando houver uma proposta que se aproxime das expectativas da categoria, o que não ocorreu até agora.

Mais do que nunca a hora é de mobilização e atenção. Os celesquianos sabem que o caminho é a luta e que a força está na própria categoria. Ninguém pode se deixar influenciar pelas ondas de boatos e pressões patrocinadas pela empresa. Para garantir o direito de todos vamos a luta... e a greve se necessário!

ELETROSUL:

Negociação deve iniciar dia 17

As negociações entre a Intersindical e a ELETROSUL ainda não iniciaram. Os sindicatos propõem que a primeira rodada aconteça no dia 17 de outubro. Mas apesar disso a empresa já começa a utilizar uma série de “técnicas” de negociação: a primeira é a tentativa de desconhecer todo o processo de elaboração da pauta de reivindicações em assembleias e plenárias e a segunda é a formação de uma comissão de negociação para encaminhar o processo.

Pedir sugestões para os empregados sobre as reivindicações é uma tentativa clara de descaracterizar o papel das entidades que já está sendo posta em prática. Desta forma a ELETROSUL tenta “disputar” com os sindicatos e promover a confusão entre os empregados.

COMISSÃO

O informativo da ELETROSUL (SAIBA Nº 59) afirma que a comissão de negociação foi uma experiência bem sucedida e anuncia que em

breve será constituída uma nova comissão. É lamentável que o órgão da Empresa elogie uma comissão que era coordenada por uma pessoa que foi demitida por roubo e que chegou a ter os seus bens penhorados.

Estas “técnicas” de negociação chegam à Empresa através de assessorias de outros estados contratadas a peso de ouro. Tratam-se de pessoas especializadas em subtrair direitos dos trabalhadores, verdadeiros braços direitos do capital e dos grandes empresários.

PRESSÃO

Uma técnica muito usada por este tipo de assessoria é a pressão sobre os empregados para que realizem assembleias de forma apressada para aprovar as propostas da Empresa. Com isso querem fazer com que, com pouca discussão, sejam fechados acordos que comprometem conquistas dos trabalhadores como garantia no emprego, direitos adquiridos, etc...

ELETROSUL:

Reunião das chefias analisou pauta da Intersindical

Na última sexta-feira ocorreu uma reunião com todos os chefes da ELETROSUL com o DA e seu assessor, Sr. José Roberto. Na pauta estava a posição das chefias com relação aos movimentos grevistas e uma análise da pauta de reivindicações da Intersindical.

O segundo ponto foi introduzido pelo assessor do DA, que não poupou ironias em sua “análise” da proposta dos empregados. A forma pouco séria com que foram abordadas as questões aprovadas nas assembleias causou desconforto na maioria dos participantes da reunião.

Deveria saber o Sr. José Roberto que Acordo Coletivo é uma coisa séria, que diz respeito à vida profissional de milhares de pessoas, e recomenda-se que seja tratada com a devida seriedade.

Empresas querem atingir a organização sindical

Que as empresas — CELESC e ELETROSUL — pretendem cortar direitos adquiridos, aprofundar o arrocho salarial e acabar, especialmente, com a garantia no emprego, não é mais novidade para ninguém. Mas existe um outro objetivo que está sendo perseguido pelas empresas: acabar com a organização dos eletricitários.

Nos últimos anos a organização e a consciência da categoria cresceram visivelmente. As mobilizações e greves "não deram fresco" para as diretorias. Um exemplo disso foi a queda de Dallanhol, a greve do Plano de Carreira na CELESC e mesmo a recente greve da ELETROSUL.

Se a tomada de consciência de cada empregado foi fundamental para isso, também a atuação dos sindicatos contribuiu neste sentido. Com uma conduta atuante, as entidades têm sido um verdadeiro fiscal atuando nas esferas administrativa, jurídica e, principalmente, na organização e conscientização dos eletricitários.

Sabendo disso, as diretorias das empresas têm jogado pesado para desarticular os sindicatos. A cada negociação existem investidas no sentido de reduzir ou cortar a liberação de dirigentes sindicais, dificultar o recolhimento da reversão sindical, entre outras iniciativas, sempre procurando dificultar a atuação das

entidades.

Além de procurar atingir os sindicatos organicamente, existe, ainda, a tentativa de descaracterizar as entidades enquanto representantes da categoria. Na CELESC, por exemplo, seguidas vezes as Comissões Mistas são usadas para "substituir" os sindicatos, chegando ao extremo de um membro do Grupo Tarefa de Relações Trabalhistas afirmar que não precisava haver sindicato, pois havia as Comissões Mistas para encaminhar as reivindicações dos empregados. Na ELETROSUL, depois de distribuída a pauta da Intersindical, a empresa pede sugestões aos empregados, ignorando o longo processo de elaboração coletiva da pauta.

A utilização de comissões para negociar com os sindicatos em nome da empresa é outra forma de tentar confundir a categoria no que toca ao papel dos sindicatos. As entidades vão para a mesa de negociações e encontram pessoas sem poder de decisão.

Por isso, nesta campanha salarial, além de lutar por seus direitos, os eletricitários lutam também pela preservação de seus organismos de luta: os sindicatos. Sem sindicatos fortes e representativos a luta dos trabalhadores não avança e os direitos já adquiridos serão confiscados pouco a pouco. Nesta campanha salarial, a defesa das entidades também é ponto de pauta.

CELESC:

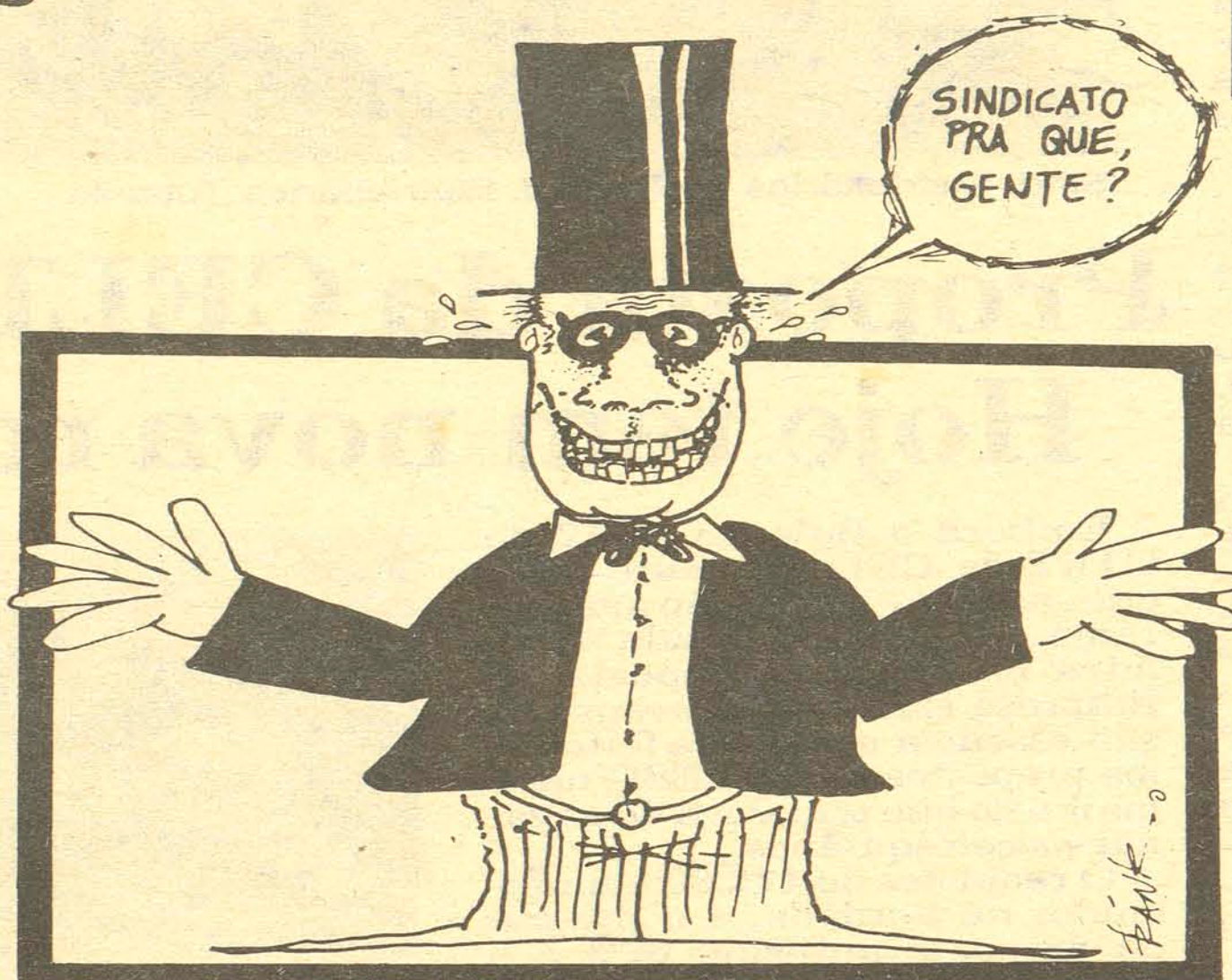
Ministro confirma direito produtividade de 1984

Mais parece uma história de trambiqueiros, aqueles casos onde o enrolador cada dia inventa uma desculpa diferente para não pagar a sua dívida. Assim poderíamos ironizar o que vem acontecendo com a Produtividade da CELESC. Primeiro a empresa não paga a dívida aprovada em Acordo Coletivo, isso em 84. Depois o caso vai para a Justiça e a CELESC cria toda sorte de impedimentos, só para adiar o ajuste de contas. E assim o valor vai crescendo, com o passar do tempo ele é alimentado por todos os acréscimos a que os empregados têm di-

reito.

Esta semana, em mais uma prova de que o direito dos empregados está garantido, o próprio Ministro do Tribunal Superior do Trabalho telefonou para o sindicato confirmando o direito dos celesquianos, o que significa que o pagamento é uma questão de tempo. Prova também que o Acordo Coletivo não precisa mesmo mencionar esta questão, afinal ela já é vitoriosa na Justiça.

E agora? Qual será a próxima do Sr. Norgert Wiest para não pagar, em dinheiro, o que deve a empregados da CELESC.



Periculosidade:

Sindicatos não compõem comissão

Os sindicatos receberam correspondência da ELETROSUL solicitando a indicação de representantes para mais uma comissão para tratar da questão da periculosidade. Acontece que esta questão está se estendendo há longa data, sem que se chegue a uma solução. Aliás, a solução já existe: basta aplicar a Lei nº 7.369/85 e o Decreto 93.412/86, que tratam a questão.

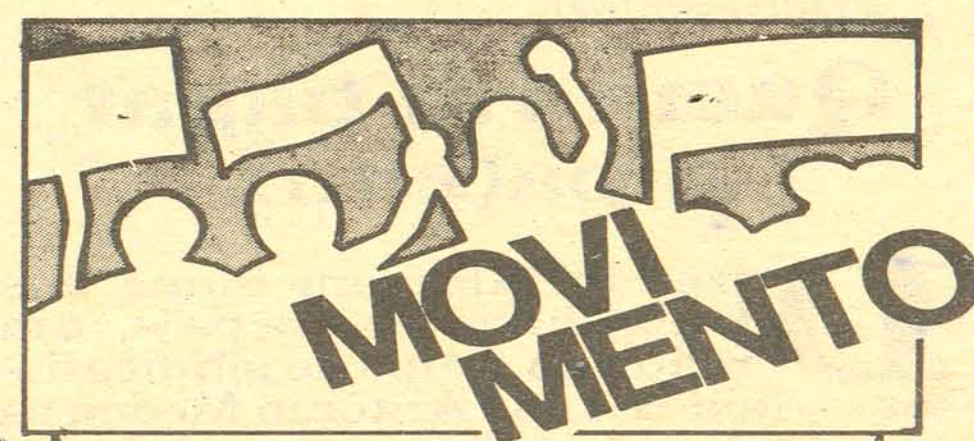
Em função disso, a Intersindical resolveu não enviar nenhum representante das entidades para a referida comissão (ver correspondência) e esclarecer que nenhum empregado que eventualmente compo- nha o referido grupo falará em nome dos sindicatos. Por outro lado, esclarece que os emprega-

Sindicato dos Trabalhadores no Setor de Energia Elétrica de Florianópolis
ALTERNATIVA DE REPRESENTANTES
Reunião em 13/09/88 em Curitiba, decidiu que, tendo em vista a existência da Lei nº 7.369/85 e Decreto 93.412/86, que trata da questão, os Sindicatos Intersindical não indicará representantes.
Fica desde então refletido o entendimento de que quanto ao assunto, a que se faz necessário o cumprimento da referida Lei.
Assinaturas Sindicais:
Dr. Arivaldo Stele
M. E. Diretor Administrativo da
Centrais Elétricas de São Paulo S/A - ELETROSUL
Senhor Diretor,
Em relação a correspondência DA-256/88 de 09.09.88, informamos que a Intersindical base FIEC/RSU, reunida dia 13/09/88 em Curitiba, decidiu que, tendo em vista a existência da Lei nº 7.369/85 e Decreto 93.412/86, que trata da questão, os Sindicatos Intersindical não indicará representantes.
Fica desde então refletido o entendimento de que quanto ao assunto, a que se faz necessário o cumprimento da referida Lei.
Assinaturas Sindicais:
Gilberto Carvalhal Marques
Secretário de Intersindical
Florianópolis
MAURO GUARDARDES PASSOS
Vice-Presidente do
Sindicato Intersindical de
Florianópolis

dos que entendem que têm direito à periculosidade e não recebem devem procurar imediatamente seu sindicato para que as medidas necessárias sejam tomadas.

Errata

Falha nossa. No último LINHA VIVA, nº 26, na matéria "Acompanhamento de Acordo ELETROSUL: reunião só saiu com a presença do DA" ocorreu um engano nosso na parte onde mencionamos uma carta onde o Ministério das Minas e Energia cobrava providências da ELETROSUL. Como o texto foi colocado parece que as providências são referentes aos 26,06%. Não é isso. Embora não tenha sido colocado, o que na verdade queria dizer-se é que a carta do Ministério cobrava providências da ELETROSUL em relação aos chefes exonerados depois da greve.



Vai dar greve...

Greve a partir de seis de outubro. É esta a disposição dos empregados no serviço público estadual que, em uma assembléia realizada no último sábado, não aceitaram a proposta do governador Pedro Ivo para reajustar os seus salários. Os servidores reivindicam uma reposição salarial de 97%, mas o governo só fala em incorporar aos salários os atrasados que vem pagando em rubrica separada. Além disso, os trabalhadores querem a implantação de uma política salarial elaborada com a sua participação, pois até hoje não há nenhuma diretriz para regulamentar os salários. Com relação a este item, o governo Pedro Ivo afirma que em dezembro "dará ciência aos servidores" de uma política salarial; participação dos envolvidos, nem falar...

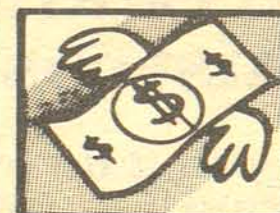
No dia cinco de outubro acontecerão assembléias de servidores em todas as regiões do estado, quando, possivelmente, será deflagrado o movimento.

Debate

O Sindicato dos Jornalistas realiza no dia quatro de outubro um debate com os candidatos à Prefeitura de Florianópolis. Seria um debate como qualquer outro se os sindicalistas da cidade não fossem convidados especiais para questionar os candidatos com base nas questões dos trabalhadores. O debate será às 20 horas, no auditório da FECESC.

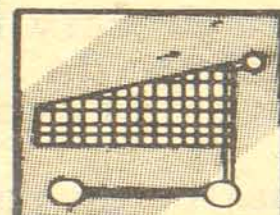
INDICADORES DO DIEESE

1/09/88 a 31/09/88



AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 20,59%
 1 a 5 Salários - 20,74%
 1 a 30 Salários - 21,67%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

Cz\$ 11.139,92



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Cz\$ 98.151,28